

## RESUMO DE DISSERTAÇÃO

## Políticas Públicas, Financiamento e Democratização da Educação Superior: Avaliação do Reuni na Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Autora: Nara Poliana de Souza

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (UFC)

**PALAVRAS-CHAVE:**

Avaliação de políticas públicas; Políticas educacionais; Democratização; Reuni-UFT.

A dissertação teve como objetivo avaliar o Reuni na Universidade Federal do Tocantins, no *campus* de Palmas. O programa compõe a política de expansão e democratização da educação superior. A estratégia metodológica escolhida articulou dados quantitativos e qualitativos, a fim de realizar uma avaliação em profundidade do programa. Assim, inicialmente, foram levantados dados econômicos, políticos e culturais sobre o estado do Tocantins e sua Universidade Federal e sobre a implementação do programa na instituição. Também foram realizadas pesquisas documental e entrevistas com os gestores, professores e alunos da UFT, com o objetivo de reconstruir a trajetória do programa na instituição. A pesquisa de campo envolveu, ainda, o levantamento do perfil socioeconômico dos alunos dos cursos criados a partir do Reuni. Do universo de 62 alunos que responderam aos questionários, os dados revelaram que entrevistados, na sua maioria, são jovens, solteiros, não moram com a

família, são provenientes de escola pública e possuem renda familiar de até três salários mínimos. O estudo permitiu verificar que há diferentes concepções sobre o Reuni e que sua implementação na UFT não foi um consenso. A concepção de democratização presente no Reuni dentro da instituição está posta com enfoque no acesso, desconsiderando a necessidade de garantia da permanência. O estudo permitiu, ainda, verificar que o financiamento disponibilizado para a expansão proposta não é proporcional às atividades implementadas e não considerou o *deficit* financeiro existente nas universidades. Os resultados da avaliação apontam que o Reuni, no limitado período analisado, ainda que se coadune ao atual contexto político de expansão no ensino superior na UFT, não apresenta, até o presente momento, uma tendência democratizante no sentido de inclusão social e de distribuição de qualidade acadêmica independente de condicionantes sociais e regionais.

## RESUMO DE DISSERTAÇÃO

## Avaliação da Implementação da Política de Educação Escolar Índigena no Território Tapeba (CE)

O presente estudo visa avaliar a política de educação escolar indígena, especificamente o seu processo de implementação no território Tapeba, em Caucaia-CE. Os objetivos estabelecidos foram, primeiramente, conhecer o histórico de implementação da política tanto no estado do Ceará como no território em estudo, levando em consideração o contexto de etnogênese dos povos indígenas do estado e região. Em seguida, compreender a relação que se estabelece entre estado e população indígena, no campo das disputas políticas em torno da afirmação da identidade étnica e conquista de território. A pesquisa realizou-se em algumas etapas: em um primeiro momento, consistiu na definição de categorias – identidade e territorialidade –, à luz das quais se analisam as diretrizes e a execu-

ção da política no contexto local; depois, foram analisados documentos que fundamentam legalmente a existência da política em um contexto nacional e local, no caso, do estado do Ceará. Finalmente, realizou-se pesquisa de campo, com a utilização da observação participante e entrevistas em profundidade, visando verificar as diferentes compreensões das relações entre o estado e as lideranças Tapeba a respeito da educação diferenciada indígena. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de repensar a condução do processo de implementação, tanto no que se refere ao contexto local, como no âmbito nacional, garantindo o respeito ao princípio da equidade, fundante nas políticas que se pretendem resolver ou minimizar a problemática da exclusão social entre os indígenas.

Autora: Lucileila de Sousa Cardoso

Data: 8/07/2011

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho (UFC)

**PALAVRAS-CHAVE:**

Pronasci; Violência e juventude; Avaliação de políticas públicas.

## RESUMO DE DISSERTAÇÃO

**Enfrentando a violência com a participação juvenil: avaliação do Pronasci em Fortaleza**

Este estudo tem por objetivo avaliar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em seu eixo “Prevenção à violência”, que analisa o envolvimento da comunidade juvenil constante do Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo. O Pronasci/Protejo foi avaliado a partir do estudo de caso do Território do Grande Bom Jardim, um conjunto de bairros situado na periferia da cidade de Fortaleza, durante o período de 2009-2010. Buscou-se construir um processo avaliativo em três partes, correspondentes à trajetória da política: concepção,

implementação e resultados. Esta avaliação se dá a partir do entendimento da população-alvo e dos técnicos envolvidos sobre o Pronasci/Protejo, bem como da análise crítica dos problemas organizacionais e processuais e das metas projetadas. Dentre os resultados relevantes desta avaliação, é possível destacar ideias e encaminhamentos dos jovens para o enfrentamento da violência que podem contribuir para a melhoria no planejamento e na execução de políticas públicas que envolvam a participação juvenil como estratégia de prevenção e controle da violência.

Autora: Silvia Barbosa  
Correia

Orientador: Prof. Dr.  
Alcides Fernando  
Gussi (UFC)

**PALAVRAS-CHAVE:**

Políticas públicas;  
Educação indígena;  
Identidade; Cidadania;  
Inclusão social.

## RESENHA CRÍTICA DO RELATÓRIO DO UNICEF

## Situação da Adolescência Brasileira 2011: O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades



SITUAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA 2011:  
RESENHA CRÍTICA DO RELATÓRIO DO UNICEF

O DIREITO DE SER ADOLESCENTE: OPORTUNIDADE  
PARA REDUZIR VULNERABILIDADES E SUPERAR  
DESIGUALDADES / FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS  
PARA A INFÂNCIA. BRASÍLIA, DF: UNICEF, 2011.  
182PP.

A publicação do Relatório da Situação da Adolescência Brasileira 2011 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no final do ano passado trouxe para a agenda de discussão pública a importância de políticas e ações públicas integradas que tenham os adolescentes como público-alvo específico. Na tese advogada pelo relatório, os adolescentes deveriam ser reconhecidos não como um grupo populacional em transição entre a infância e a vida adulta ou como um contingente rebelde, instável, propenso a situações de conflito, mas como sujeitos de direitos a políticas e programas específicos. Capacidade de interagir, de lidar com informações pouco estruturadas e analógicas, de se comunicar, de participar de atividades coletivas, impulsividade, desejo de mudanças, de extrapolar limites, intransigência, curiosidade pelo novo, são características inerentes aos adolescentes e não “problemas” da adolescência; são atributos que deveriam ser considerados na formulação de políticas a eles dedicadas.

Marina Pereira Novo  
Júnia Quiroga  
Paulo Jannuzzi

Seguindo a estrutura de outros relatórios temáticos das Nações Unidas, esta publicação apresenta, nos primeiros capítulos, um diagnóstico dos principais problemas e condições de vulnerabilidades que afetam os adolescentes brasileiros (pessoas de 12 a 17 anos), faz um balanço dos avanços e desafios dos planos, políticas e programas desenhados no país nos últimos anos para equacioná-los e finaliza com uma proposta de agenda de diretrizes estruturantes e de ações de curto prazo para promoção dos direitos dos adolescentes.

O primeiro capítulo é uma introdução ao tema, evidenciando a importância da questão, seja pela dimensão quantitativa – 21 milhões de brasileiros, maior coorte de adolescentes na história do país –, seja pela potencialização de alguns dos problemas sociais brasileiros sobre esse público – pobreza, baixa escolaridade, exploração no trabalho, desestruturação familiar, gravidez precoce, violência, AIDS, exploração sexual e abuso de drogas. Neste sentido, os adolescentes de hoje são a primeira geração nascida sob a égide da Convenção sobre Direitos da Criança de 1989 – um dos documentos internacionais de direitos humanos mais ratificados – e sob a proteção distintiva da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e Adolescente.

O segundo e o terceiro capítulos constituem o núcleo mais substantivo da publicação: o diagnóstico social da adolescência, apresentado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domi-

cílios (PNAD) realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registros de programas do Ministério da Saúde, levantamentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e outros estudos. Os dados apresentados permitem perceber como este é um público numérico e socialmente significativo em qualquer perspectiva estatística: totaliza 21 milhões de indivíduos (de 12 a 17 anos); 7,9 milhões vivem em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo; 3,7 milhões vivem com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo; 3,3 milhões (de 14 a 17 anos) exercem algum tipo de atividade laboral em casa, nas ruas ou no campo; quase metade dos adolescentes de 15 a 17 anos estão em atraso escolar; 19 de cada 100 mil adolescentes de 12 a 17 anos são vitimados por homicídios (43 por cada 100 mil se considerarmos de 15 a 19 anos) e há uma estimativa de que existam 290 mil adolescentes grávidas.

Além da apresentação dos dados quantitativos, nestes capítulos, também é feito um balanço das várias ações públicas direta ou indiretamente voltadas a esse público, relacionando programas e ações da Educação, Saúde, Proteção Social, Esporte e Cultura.

De acordo com o relatório, não considerar as especificidades desse público na elaboração das políticas e ações públicas seria uma das explicações para o agravamento das vulnerabilidades sociais típicas do país e que repercutem com maior intensidade nesse público, como o atraso

escolar, desestímulo seguido de evasão escolar, maior risco de mortalidade etc.

Neste sentido, reconhecer o adolescente com suas características intrínsecas e potencialidades, encará-lo como público-alvo específico – e, portanto, sujeito de direitos – é, também, uma aposta estratégica importante para o país na superação de suas iniquidades sociais. Afinal, pela representatividade numérica acima descrita, investir na mitigação das problemáticas enfrentadas por eles contribuirá para a melhoria das condições sociais no presente e, naturalmente, no futuro.

Como reconhece o UNICEF, o Brasil – pela conjugação de esforços nas três esferas de governo – tem se proposto a implementar programas e a oferecer serviços para esse público, buscando equacionar ou mitigar parte das situações problemáticas do contexto de vivência dos adolescentes.

Conforme registrado no relatório, na área de educação, foram criadas várias estratégias de integração da educação tradicional ao ensino profissionalizante, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o Programa Mais Educação, oferecendo às crianças e adolescentes oportunidade de educação integral. No campo da saúde, além da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e do Programa Saúde na Escola, o governo pro-

pôs o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. No campo do enfrentamento da violência, o relatório aponta o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci) e nas áreas de esporte, lazer e cultura, destacam-se o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer pela Cidade, o Projeto Praças da Juventude e os Pontos de Cultura.

No que diz respeito às políticas de desenvolvimento social, o relatório reconhece os esforços e ações voltados à proteção dos adolescentes contra a exploração do trabalho, consubstanciados no Plano de Erradicação do Trabalho Infantil, e o Projovem Adolescente, que procura aprimorar a formação geral do adolescente e sua forma de iniciação no mercado de trabalho. Ao tratar da proteção dos adolescentes diante do abuso e da exploração sexual, a publicação destaca o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Sentinela, que presta assistência psicossocial às vítimas de violência sexual nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

Os dois últimos capítulos vocalizam a proposta da agenda política do UNICEF para a adolescência brasileira: a necessidade de encarar adolescentes como sujeitos de direitos e como sujeitos de uma nova agenda de prioridades, desenhadas para mitigar as vulnerabilidades enfrentadas

por eles e que criem – como explicitado no subtítulo do relatório – oportunidades para desenvolvimento dos seus potenciais específicos, contribuindo para que o país supere mais rapidamente suas iniquidades sociais.

Sem desmerecer a relevância do relatório e da *advocacy* do UNICEF por ações públicas específicas para adolescentes, fato é que o diagnóstico da situação desse segmento apresenta problemas de natureza substantiva e metodológica. Há duas premissas incorretas, importantes de serem apresentadas e discutidas, pela repercussão pouco construtiva – inclusive para a própria agenda propugnada pelo UNICEF – na formulação de novas ações para esse segmento populacional e na avaliação do esforço governamental na área.

A primeira premissa, explicitada já no início da publicação, é a de que o Brasil estaria vivenciando o momento de maior contingente de adolescentes em sua história. Na realidade, essa “onda demográfica” de adolescentes ocorreu há mais de dez anos, como consequência da queda sistemática das taxas de fecundidade a partir dos anos 1960. A rapidez, abran-

gência territorial e disseminação entre estratos de renda com que se processou essa queda na taxa de filhos por mulher levou, já no final dos anos 1990, a que o volume de nascimentos passasse a diminuir a cada ano no país. Portanto, era natural e esperado que, ao longo dos anos seguintes, o quantitativo de adolescentes começasse a diminuir, à medida que essas crianças nascidas na década de 1990 viessem a crescer. De fato, o Censo Demográfico 2010 apontou um contingente de 20,6 milhões de pessoas de 12 a 17 anos, cerca de 5 milhões a menos que o levantado pelo IBGE em 2000. É certamente um segmento demográfico muito expressivo, mas, ao contrário do que expõe o relatório em análise, está perdendo participação relativa em relação a outros grupos populacionais.

O segundo equívoco do estudo é o registro de que teria havido aumento do contingente de adolescentes pobres. Tal como o anterior, e tão ou mais grave do que ele, trata-se de um erro factual, que não se sustenta pela leitura correta das estatísticas do IBGE, de várias pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou de estudos de diver-

so pesquisadores brasileiros na década passada. Vasta produção acadêmica tem demonstrado a importância da política de aumento real do salário mínimo e da expansão do Programa Bolsa Família na redução da pobreza no país ao longo dos últimos anos. Afinal, o aumento real do salário mínimo foi superior a 50% entre 2004 e 2011 e, no mesmo período, o Bolsa Família passou de 3,6 milhões para 13,2 milhões de famílias beneficiárias pobres, compostas, em sua larga maioria, de crianças e adolescentes. Como negar que esforços tão expressivos em política social não tenham impactado na redução de pobreza entre os adolescentes?

Não bastassem essas evidências, reproduzindo o estudo do UNICEF com a linha de pobreza adotada no relatório, com a mesma fonte de dados – PNAD –, mas, diferentemente do estudo, aplicando o procedimento metodológico básico, usual e necessário para comparar valores monetários ao longo de períodos diferentes – deflacionamento com base em um índice de custo de vida, no caso o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) –, a parcela de adolescentes que viviam com até um quarto de

salário mínimo *per capita* diminuiu de 16,1% para 9,6% entre 2004 e 2009. Evidências adicionais e definitivas da queda expressiva da pobreza e extrema pobreza no país e no segmento de adolescentes em particular são trazidas pela comparação dos dois últimos Censos Demográficos: em 2000, cerca de 4,7 milhões de adolescentes viviam com renda domiciliar per capita de até 70 reais; em 2010, a cifra equivalente era de 2,5 milhões, contingente 45% menor.

Assim, corroborando tantos outros estudos, os dados aqui apresentados revelam que, ao contrário do registrado no relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira, o número de adolescentes em situação de pobreza efetivamente diminuiu nos últimos dez anos. Ainda assim, com todo o esforço governamental mencionado, há um contingente significativo de adolescentes na extrema pobreza, em situações de atraso e desestímulo escolar, de trabalho e gravidez precoce ou submetidos à violência, exploração sexual e tráfico de drogas, público-alvo de várias iniciativas e ações governamentais no presente, seja no governo federal, estados ou municípios.